

## Cultura e Sensibilidade Política no Discurso Historiográfico Brasileiro<sup>1</sup>

Karla Bessa<sup>2</sup>

O ponto de partida desta pesquisa foi o desejo de articular um estudo centrado nos paradigmas constitutivos e inerentes ao próprio *métier* do historiador e nos problemas e questões suscitados pelos estudos de gênero (campo altamente transdisciplinar), capturando este encontro na maneira como foi objetivado no Brasil, em especial, por intermédio da Associação Nacional dos Historiadores (ANPUH). Este encontro ocorre, no plano visível, na última metade dos anos 80. No entanto, as "*condições de sua enunciação*" foram tecidas nas transformações institucionais e epistêmicas ocorridas na História, sobretudo, a partir dos anos 60.

O tema da profissionalização<sup>3</sup> e a demarcação de um território de atuação da História, no rol das ciências humanas, colocavam a problemática da configuração de uma identidade disciplinar, a princípio, muito presa ao objeto de estudo que lhe conferia uma certa singularidade: o passado. A sua legitimidade estaria preservada através da manipulação, organização e classificação de fontes documentais depositárias de sua verdade. A valorização da formação acadêmica acabou sendo um diferencial consolidado na fomentação de cursos de graduação e pós-graduação em História (bibliotecas, arquivos, tradição universitária, busca de recursos humanos na Europa, publicações especializadas) e na congregação dos novos profissionais em uma associação destinada a forjar uma determinada sociabilidade intelectual, disseminadora da concepção de *comunidade de profissionais* e afirmadora de hierarquias (do ensino de

---

<sup>1</sup> Uma primeira versão deste artigo foi elaborada como parte das reflexões que desenvolvi na minha tese de Doutorado,. Após a defesa, por força das circunstâncias, mudei muito o eixo da pesquisa e só agora resolvi retomá-la e ampliá-la. Agradeço à Profa. Maria Stella Martins Bresciani por acompanhar parte desta trajetória na qualidade de orientadora e à Jacy Alves de Seixas, por fazer uma leitura atenta da primeira versão do texto. As "barbaridades" que por ventura possam estar no texto são totalmente de minha responsabilidade. Agradeço à CAPES e ao CNPq pelo auxílio à pesquisa.

<sup>2</sup> Pesquisadora do Núcleo de Estudos de Gênero Pagu/Unicamp. Professora de História da Universidade Metodista de São Paulo. Professora Colaboradora do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia.

<sup>3</sup> Abordei o processo de profissionalização da área de História no Brasil a partir da ANPUH no artigo *Historiografia Brasileira: interface entre a constituição de um campo profissional e dos Estudos de Gênero*. In: MACHADO, M. História e historiografia: perspectivas contemporâneas de investigação. 1 ed. Uberlândia : EDUFU, 2003, v.1, p. 139-158.

São Paulo e Rio de Janeiro para o restante do país). Atravessando o perfil acadêmico, a criação da Associação dos professores de história repercutiu politicamente como dissonância em relação, por exemplo, a instituições do porte (conservador) do IHGB. Em outras palavras, fomentar o perfil do profissional envolvia uma perspectiva menos subserviente em relação às estratégias governamentais de consolidação de uma memória/história da Nação e do *povo brasileiro*.

Embora a ANPUH não possa ser tomada como a grande protagonista de significativas mudanças ocorridas na história, enquanto disciplina autônoma e na conformação de novos campos de pesquisa (seja relativo aos movimentos operários, a renovação marxista, seja à articulação de novos objetos e à crítica aos escritos históricos de cunho nacionalista, racista, elitista, sexista, etc...); é necessário destacar o seu funcionamento como uma entidade catalisadora e difusora das demandas postas por toda ebulição conceitual e política, característica dos conturbados anos 60 e 70. O crescimento e consolidação da ANPUH, nestas primeiras duas décadas, bem como os conflitos internos emergentes na segunda metade da década de 70, demarcaram um significativo desenvolvimento da História em termos institucionais. Por meio dos Anais dos Simpósios, foi possível perceber a consolidação de Cursos de História em várias universidades do país, bem como o crescimento vertiginoso da pesquisa histórica.

A história da mulher, cuja problemática estava centrada no resgate de heroínas, ou no culto às anônimas que participavam de uma história cotidiana da família, foi vista como uma moda passageira<sup>4</sup>, destinada a celebrar algumas biografias e a recuperar detalhes pitorescos da história. Era vista como uma prática historiográfica conservadora, na medida em que não contribuía para o desenvolvimento de uma crítica social do passado e do presente. Por outro lado, as histórias de cunho feminista, cujas representantes se destacaram por sua atuação pública, na luta contra a discriminação das mulheres, pela igualdade de direitos civis, pela liberdade sexual, eram consideradas "sexistas" demais (ou seja, questionavam o sexismo por meio de uma postura sexista) e também fugiam do propósito maior da história, qual seja, pensar as principais relações de poder e a origem da desigualdade social.

A história da família tinha certa aceitação (no final dos anos 70), pois ao lidar

---

<sup>4</sup> No depoimento da Sra. Míriam Moreira Leite, em entrevista realizada em junho de 2000, há várias referências ao caráter secundário e inferior que era até então atribuído à história da mulher ("*era visto como uma problemática menor, sem futuro...*").

com métodos estatísticos rigorosos\_ realizar todo um levantamento demográfico, lidar com parentescos, transmissão de tradições,...\_ e com uma perspectiva estruturalista, conquistou legitimidade até junto aos mais ortodoxos, uma vez que se destinava a pensar a família como um elemento social de coesão, facilitadora de relações clientelistas; era facilmente adaptável à escrita de histórias locais (história política se confundindo com a história de famílias da elite) e, a partir de uma leitura marxista, a família foi pensada como instrumento de propagação da ideologia burguesa, da propriedade, etc. Já no final dos anos 80, unindo-se também a uma proposta de história social, a história da família passa a abranger temáticas voltadas para os problemas enfrentados pelas famílias pobres: a violência policial contra as famílias, crianças ilegítimas, transmissão de fortunas, a família negra, além de questionar a condição feminina no interior da família.

### **Historiografia em construção – RBH/ANPUH (anos 80 e 90)**

Ao fazer o levantamento da historiografia sobre mulher e gênero no Brasil, a historiadora Maria Izilda Matos (1996) levanta elementos importantes. Refiro-me, por exemplo, ao diagnóstico que faz considerando a existência, na década de 70 e 80, de uma *crise de paradigmas* na própria historiografia (em âmbito internacional), que buscava uma maneira mais *aberta* de escrever outras histórias. No interior desta crise, cresceram as indagações sobre o *status* e a condição social da mulher no passado e presente de nossa história. A autora menciona, ainda, dados extra-acadêmicos \_ em especial a referência ao desenvolvimento do feminismo enquanto movimento social\_ e a pesquisa desenvolvida nas ciências sociais, como aspectos impulsionadores dos questionamentos que desembocaram em algumas das pesquisas mais conhecidas atualmente.

Em 1975, a ONU decretava o ano Internacional da Mulher. Na cena política nacional e internacional ganhava espaço reivindicações ditas “específicas” do universo feminino, tais como creches (para as mães trabalhadoras), equiparação salarial, divisão das tarefas domésticas (a crítica à dupla jornada de trabalho), luta contra a violência, ou seja, tentava-se cruzar a crítica à opressão capitalista com a crítica ao machismo (como

sendo exercícios de opressão que ocorrem simultaneamente). Esta não é uma avaliação apenas de Matos, mas ela reitera a idéia de que o movimento feminista foi um dos responsáveis \_ com o grito de guerra *O pessoal também é político* \_ pela politização da vida cotidiana. Em outras palavras, o movimento e pensamento feministas apostavam em duas frentes: tirar a mulher do mundo restritivo da casa, ou seja, subverter as fronteiras do público e, ao mesmo tempo, questionar as relações travadas no âmbito doméstico, o que significava uma rearticulação das fronteiras do privado<sup>5</sup>.

Em termos acadêmicos, os efeitos destes movimentos foram vários. Entre eles uma revisão sobre a arquitetura e funcionamento do poder e da tradicional dicotomia natureza/cultura e seu desdobramento: a associação entre mulher/ natureza e homem/cultura. Na avaliação de diversas autoras feministas contemporâneas, a historiografia produziu (e insiste em continuar produzindo) um discurso neutro- em termos de gênero- e negligenciou deliberadamente a questão das implicações teórico-políticas da divisão sexista da sociedade (nas relações de trabalho, parentesco, religiosidade) .

Para a historiadora Michelle Perrot, os primeiros annalistas, Febvre, Bloch, Labrousse e Braudel não foram tão decisivos para a elaboração de um campo de pesquisas como o da História da Mulher porque estavam muito voltados para questões econômicas e sociais mais “gerais”<sup>6</sup>. Soihet, por sua vez, assinala que estes

---

<sup>5</sup> Inicialmente, as categorias público/privado foram apropriadas de maneira mais funcional, sem haver questionamentos quanto à sua capacidade de "tradução" das relações sociais entre o mundo político e social na esfera da "rua" e as relações interpessoais e hierárquicas específicas da teia familiar, doméstica. Pouco se falou inicialmente sobre as questões políticas discutidas em torno destas categorias como : o declínio do espaço público, ou a "tirania do privado" na sociedade contemporânea. Inicialmente, essas categorias tinham um caráter bem simples: o privado dizia respeito ao universo das relações do indivíduo consigo mesmo e com o grupo baseado em laços consanguíneos ou afetivos, às questões morais de sua conduta. O público dizia respeito à "ágora", ou seja, aos comportamentos relativos à interação e organização social, às intervenções políticas; em suma, um universo marcado por regras e instituições . No balanço histórico realizado pelos franceses, a historicidade destas demarcações veio à tona e mostrou ao mesmo tempo a complexidade das fronteiras entre o público e o privado e, mais recentemente, os limites da apreensão dicotômica das categorias público e privado. Conf. Ariés & Duby. História da Vida Privada (5 volumes). S.P: Cia. das letras. 1990; Novais, Fernando (direção geral). História da Vida Privada no Brasil. S.P. Cia. das letras. 1997; Del Priori, M. História do Cotidiano e da Vida Privada. In: Vainfas & Cardoso. Domínios da História. Rio de Janeiro: Campus. 1997. No XX Simpósio Nacional de História, a temática do privado e do público na história retornou à cena em uma mesa redonda que contou com a participação de: M<sup>ª</sup> de Lourdes V. Lyra, Edgar S. de Decca e Fernando Novais. Textos nos Anais do Simpósio: História: fronteiras. Vol.1. 1999.

<sup>6</sup> L. Febvre, dedicou dois trabalhos a biografias de duas mulheres "excepcionais": Marguerita de Navarra e Joana D'arc. Certamente ao tentar percorrer o imaginário renascentista, Febvre tinha em mente compreender os conflitos entre práticas "estranhas", que revelavam à revelia o "lugar social da mulher

historiadores abriram espaço para que, posteriormente, este campo se desenvolvesse, produzindo uma perspectiva historiográfica crítica em relação à racionalidade universal e direcionando a história para os “seres vivos” concretos e para a trama de seu cotidiano (Soihet, 1997: 98). Na década de 70, a denominada *Nouvelle Histoire, ou Terceira Geração*, enfatizando e reelaborando uma história das mentalidades, se mostrará, segundo Perrot, mais receptiva a uma narrativa e problematização historiográfica que posicione a mulher em seu centro. Toda discussão sobre sexualidade (as autoras lembram que a publicação bombástica do livro de Foucault sobre a sexualidade data de 1976), homoerotismo, crítica ao economicismo marxista, desconstrucionismo Derrideano, além do deslançar de questões psicanalíticas foram importantes e decisivas para o delineamento deste território específico da História da Mulher (ainda no singular).

Perrot(1995) tece comentários bastante coerentes com o projeto proposto naquela ocasião, sem se esquivar dos problemas realmente enfrentados pela delimitação de uma (e não a) “História das mulheres no Ocidente”. O que gostaria de ressaltar deste debate é a compreensão histórica que Perrot tem da própria história das mulheres, ou seja, ela tem clareza das diferenças, tensões e ambigüidades deste campo de pesquisas e percebe, igualmente, a velocidade com a qual ele foi se reestruturando, qualitativa e quantitativamente, novas pesquisas surgindo a cada dia. É necessário refletir sobre o debate gerado em torno dos quatro volumes desta obra, porque Perrot é no Brasil uma autora referencial e esta obra uma das realizações que, graças ao esforço coletivo de trabalho, recolocou na ordem do dia e ampliou para fora dos núcleos específicos de estudos sobre mulheres, a perspectiva de se pensar a mulher na história e a história a partir da mulher.

Neste mesmo artigo, Perrot, avalia a formação deste “novo” campo de saber e assinala que:

*“Os pontos de vista da historiografia francesa também se transformam, creio eu, de maneira similar aos da historiografia norte-americana. Ambas partem de uma história das mulheres um pouco restrita para uma história sobre gender, sobre relações entre os sexos; partem de uma história social em*

---

comum” e, ao mesmo tempo, suscitava a bizarrice inteiramente imanentes a este universo cultural em ebulição. Agradeço a Isabel Marson o fato de ter chamado minha atenção para essa referência bibliográfica de Febvre e para o fato de Perrot não a ter mencionado.

*direção a uma história mais preocupada com as representações e consciente da importância dos símbolos, refletindo intensamente acerca de algumas noções, tais como “cultura” e “poder” das mulheres \_ ainda hoje a questão do poder político chama a atenção.” (PERROT, 1995:p.21)*

### **Enquanto isso, no Brasil...**

A Revista Brasileira de História (RBH) teve a sua primeira edição em 1981, após vinte anos de existência da ANPUH (Associação Nacional dos Professores Universitários de História). No discurso dos primeiros editores, a revista tinha como propósito se consolidar como um instrumento de divulgação de novas pesquisas na área de história, fomentando o debate e apresentando as polêmicas então em voga. Considero o surgimento da RBH no cenário da historiografia brasileira como um marco importante justamente porque, pela primeira vez na área de história, uma mídia-acadêmica<sup>7</sup> assume a perspectiva de ser nacionalmente difundida e de ser um veículo também nacional de expressão dos historiadores que não freqüentavam assiduamente o eixo Rio-São Paulo. A RBH trouxe maior visibilidade e propiciou uma relação qualitativamente diferente entre a ANPUH e seus associados. Pode não ser representante das obras mestras da historiografia dos anos 80 e 90, ou ainda não possuir o alcance evidente do *boom* de produções monográficas que irá irromper nas instituições universitárias com o desenvolvimento, bastante evidente, da pós-graduação em História no país, principalmente a partir do final dos anos 70. Mesmo assim, penso que sua escolha como ponto de interseção do debate sobre historiografia brasileira e questões de gênero possui

---

<sup>7</sup> Faço referência ao termo mídia\_ mesmo sabendo que não se trata de um veículo de comunicação pr-mercado, como usualmente o termo sugere \_ por entender que mesmo não possuindo o mesmo caráter de difusão de massa de outras revistas e respeitando a especificidade de ser uma revista de caráter estritamente acadêmico, é necessário aproximar as estratégias acadêmicas de comunicação daquelas próximas às Revistas voltadas para o mercado. Trata-se de formar e cultivar um determinado tipo de público leitor, de possuir ascensão sobre as demais "concorrentes", de tentar ser o mais "profissional" possível, portanto, além do conteúdo "científico" e das perspectivas políticas da revista há que se estar atento às questões estéticas e mercadológicas que perpassam suas inúmeras tentativas de se manter, se auto-sustentar. A revista, no início, é uma iniciativa bancada pelos próprios associados da ANPUH, também seus quase exclusivos leitores. Esta só vai chegar às livrarias, para acesso a um público maior, realizando convênio com editoras, além da ajuda de órgãos como CNPq e FAPESP, a partir do nº 6, em 1983. No editorial do vol.5 nº 8/9, o conselho de redação assinala que: "A partir do seu número 6 \_ "À lucta trabalhadores" - a RBH sofreu as transformações mais acentuadas, deixando de ser uma publicação restrita aos sócios da ANPUH. O atual conselho de Redação formado por Edgar S. de Decca, José J. de Andrade Arruda e Marcos Antônio da Silva foi responsável por esta reformulação editorial e a RBH, desde o seu nº6, passou a atingir um público mais amplo, chegando finalmente às livrarias. Essa iniciativa respaldou-se na constatação de que não havia, **na praça**, uma revista **feita** por historiadores, capaz de servir de canal de divulgação de toda uma importante e renovada historiografia." (grifos meus).

sua complexidade própria e possibilita uma fértil reflexão historiográfica.

Nestes trinta anos de divulgação da historiografia produzida no Brasil e de traduções de textos de autores estrangeiros, a RBH tem contribuído tanto para aguçar os debates temáticos e teóricos quanto para diminuir a nossa carência de conhecimento a respeito da história das diferentes regiões do país, além de incluir uma literatura dedicada a rever a historiografia canonizada que narrava a história do Brasil sob o prisma da História Política, leia-se preocupação com a formação da identidade nacional. A produção da RBH contou com um ambiente mais organizado em termos acadêmicos \_ uma disciplina envolta em uma discussão metodológica própria, um campo temático em desenvolvimento, preocupado com problemáticas pertinentes à história enquanto uma ciência humana engajada na compreensão da(s) trajetória(s) das diferentes sociedades humanas.

Ao ler artigos publicados em revistas históricas dos anos 60 \_ a *Revista de História* -USP, por exemplo\_ pude perceber que o universo de preocupações e de pesquisas tem sofrido alterações profundas a ponto de, num intervalo breve de 20 anos, os textos apresentarem forma e conteúdo bastante diferentes em relação aos dos últimos quinze anos. A estranheza diante desta diferenciação foi um dos primeiros indícios de que houve uma certa descontinuidade na maneira de produzir conhecimento histórico tanto em termos de forma quanto de conteúdo. Em outras palavras, é possível levantar a hipótese de que houve uma ruptura significativa entre a história narrada nos Anais dos Simpósios da ANPUH (de 1961-1979) e aquela que será publicada, após a filtragem do conselho editorial, na RBH. Esta mudança é ainda mais pungente a partir do seu 6º número, "*À lucta trabalhadores!*", publicado em 1984, explicitada na formatação da capa, índice, composição gráfica e, principalmente na temática e perspectiva política. Desde então, a RBH possui um perfil acadêmico, transdisciplinar e, dependendo da temática abordada, bastante politizada.

Refletir sobre como as mulheres e os estudos de gênero se tornaram uma problemática trabalhada no interior da RBH, induz a seguir um caminho que parte de uma interrogação anterior: há alguma relação entre a produção histórica explícita na RBH, aquela dos Anais dos Simpósios e os trâmites da ANPUH? Nos números dedicados à história da mulher e da família, o que se cogitou em termos de demarcação de território frente à historiografia?

A historiadora Eni de Mesquita Samara<sup>8</sup> organizou uma coletânea de resumos da *Revista Brasileira de História*, para que o público tivesse acesso a um condensado da produção histórica divulgada, através deste periódico, no período de 1981-1996. Junto com os resumos, a equipe coordenada por Samara apresentou gráficos e grades temáticas nos quais tenta apresentar um certo perfil da revista ao longo de sua existência. De acordo com o referido gráfico, os textos dedicados à Historiografia alcançaram um patamar de 12%, o maior conjunto reunido sob a mesma temática, sendo seguido de perto por textos dedicados à história dos Movimentos Sociais e Políticos (10%) e História da Educação, com 8% do total. A discussão sobre gênero e história das mulheres vem em quarto lugar com cerca de 6% (número nada inexpressivo se acoplarmos os textos relativos à história da família (4%) e à história da sexualidade (1%), que abordam, direta ou indiretamente, a questão de como a sociedade percebe e atua em relação à diferença de gênero).

Já no segundo número da Revista, em setembro de 1981 surge um primeiro artigo dedicado à análise do comportamento demográfico e a relação com a questão da fecundidade da família de um grupo de origem alemã (luteranos) no final do século XIX e nas primeiras três décadas do século XX. Vale a pena ressaltar que embora o valor 6%, atribuído ao conjunto de textos sobre mulher e gênero, seja significativo, ele se deve à somatória de artigos publicados em um número da RBH dedicado à "História da Mulher", publicado em Agosto-Setembro de 1989 (retrospectivamente classificado como sendo também história de gênero, pela razão "óbvia" de tratar de "mulheres"). De acordo com a catalogação feita por Samara, apenas outros dois números da revista trazem artigos dedicados a essa problemática. Em outras palavras, o levantamento feito mostra que apenas três números incluíram, em sua proposta editorial, artigos voltados para a discussão sobre mulher e/ou gênero.

Esse quadro de publicações nos permite indagar sobre a inexistência de trabalhos e pesquisas abordando o tema ou, no caso de existência, os motivos pelos quais não conseguiram visibilidade suficiente para constar no rol das prioridades editoriais da RBH (os motivos pelos quais não foram publicados na RBH).

O primeiro passo talvez seja buscar o que foi abordado como sendo história das

---

<sup>8</sup> SAMARA, Eni de Mesquita. (org). **Revistas Especializadas nº1. Revista Brasileira de História.** Publicação da Associação Nacional de História (ANPUH), São Paulo, 1997.



mulheres ou de gênero. Basta enfocar temas como família, sexualidade, aborto, reprodução, para poder ser considerada uma História da Mulher? Demarcar o perfil deste "campo de pesquisa" requer mais análise e detalhes do que a princípio se imagina.

### **História das mulheres e da família**

A RBH-nº18, *A mulher e o Espaço Público*, destinou-se a colocar os problemas enfrentados por diferentes pesquisadores(as) na tentativa de narrar a história social das mulheres, com um perfil de análise bastante crítico, no que diz respeito a pensar a relação mais ampla de segregação das mulheres nas sociedades marcadas por tantas outras formas de discriminação e opressão.

Na apresentação deste número, a sua organizadora, Maria Stella M. Bresciani expõe as tensões imbricadas na prática de se pensar a mulher no espaço público, por ser

*“... um tema que remete, antes de tudo, a uma história da exclusão. Como não fazer uma leitura anacrônica, uma busca de evidências quando não de traços, da presença feminina no domínio desde sempre reservado aos homens? Como não deixar transparecer um certo mal-estar ( e por que evitá-lo?) quando dentro da academia nos defrontamos com a condição feminina e olhamos a Mulher; esse ser socialmente destinado a permanecer confinado às atividades relacionadas à reprodução da espécie, considerado incapaz de atingir a plena racionalidade, atributo masculino por excelência? (... ) ... a contrapartida de uma história da exclusão é, sem dúvida, a história de uma luta: a da mulher para se reconhecer e ser reconhecida como ser capaz de dominar os **princípios da ética e da racionalidade** da vida pública.”(grifos meus)*

Neste número, são narradas por historiadoras, antropólogas, sociólogas e um historiador histórias de mulheres que se destacaram ou pela excepcionalidade ou pela situação marginal na qual viveram. É bastante esclarecedora a maneira como alguns dos artigos, em especial o de Michele Perrot, conseguem passar de uma simples descrição de vidas individuais a uma história cultural do universo feminino, dando sentido a muitos dos consagrados preconceitos em relação à banalidade da feminilidade. Em uma análise brilhante de como as mulheres construíram sua própria memória, a despeito de não estarem participando dos espaços comuns de uma memória voluntária e socialmente edificada, Perrot faz a seguinte intervenção:

*“Mais que à escrita proibida é ao mundo mudo e permitido das coisas que as mulheres confiam sua memória. Não aos prestigiosos objetos de coleção, coisa de homens ansiosos por conquistar pela acumulação de quadros ou de livros a legitimidade do gosto. No século XIX, a coleção, mais ainda a bibliofilia, são atividades masculinas. As mulheres se dedicam à matéria mais humilde: à roupa e aos objetos, bugigangas, presentes recebidos por ocasião de um aniversário ou de uma festa, bibelôs trazidos de uma viagem ou de uma excursão, “mil nadas” povoam as cristaleiras, pequenos museus da lembrança feminina. As mulheres têm*

*paixão pelos porta-jóias de família, miniaturas que, antes da fotografia, permitem aprisionar o rosto amado. Mais tarde, fotografias individuais ou de família, em porta-retratos ou em álbuns, esses herbários da lembrança, alimentam uma nostalgia indefinidamente declinada.” P.13*

É incrível como uma descrição densa como esta mobiliza todo um repertório de técnicas historiográficas em construção, ou seja, a compreensão deste micro-cosmo feminino enquanto manifestação microfísica de poder implica em outra maneira de manejar não só a escrita, mas requer uma outra sensibilidade acadêmica. Não uma autopiedade para com as mulheres do passado, alijadas da história, mas uma postura política e analítica de reencontro e de produção de uma faceta até então bastante negligenciada.

Em um estudo sobre a relação entre concepções biológicas e sociais da mulher e a loucura, através da leitura de discursos e práticas médicas, no início do séc. XX, Maria Clementina Pereira Cunha coloca em evidência algumas categorias até então pouco utilizadas nos estudos sobre mulheres. Enfatiza o caráter diferencial de gênero ao confrontar práticas voltadas para homens e mulheres e as respectivas associações médicas entre as fronteiras da sanidade e da loucura, entre o normal e o patológico, associando ainda esta distinção de gênero ao elemento classe, ou seja, cruzando diferentes níveis e práticas de dominação. A autora menciona a freqüente associação entre loucura e sexualidade feminina \_ mesmo antes de Freud \_ e as estratégias utilizadas para o controle desta última. C. Pereira Cunha descreve algumas das violências exercidas sobre o corpo feminino: água gelada no ânus, introdução de gelo na vagina, extirpação do clitóris ou dos órgãos sexuais internos. Há uma explícita referência da autora aos estudos sobre a norma e a disciplinarização do corpo, realizados por Jurandir Freire Costa<sup>9</sup>, além de toda uma discussão sobre a sexualidade na forma como foi problematizada por Michel Foucault. Com estes dois autores, Cunha fortalece suas investidas e leituras dos prontuários médicos enfocando a eminente distinção e hierarquização de gênero, bem como o corpo da mulher como objeto de inquéritos e práticas médicas e jurídicas. Embora os dois autores mencionados não estivessem preocupados em seus estudos com a condição feminina em especial, a autora transfigura a análise em função de sua problemática, aliás, procedimento muito utilizado nas pesquisas de gênero. Por outro lado, paralelo a essa preocupação de âmbito mais 'representacional', simbólico da opressão, a autora mobiliza outros pesquisadores, no

---

<sup>9</sup> COSTA, Jurandir. **Ordem médica e norma familiar**. 2º ed.; Rio de Janeiro, Graal. 1983.

sentido de juntamente com a documentação pesquisada, adentrar nas questões mais materiais da realidade social, aglutinando aí uma preocupação com as também distintas e hierarquizadas relações de classe.

A explicitação de seu prisma historiográfico se complementa com a alusão a outros textos de historiadores nacionais<sup>10</sup>, também conectados com a perspectiva da História Social, e da presença, não apenas ilustrativa, de E. Hobsbawm<sup>11</sup>. Cruzando elementos como pobreza e distinção sexual, visto que havia um acúmulo de opressões, a autora mostra que além de serem discriminadas pelo fato de 'ser mulher', as 'loucas' também enfrentavam as discriminações de sua origem social. Em outras palavras, dentro da conformação teórica aparentemente homogênea de Loucura, a autora identificou práticas que distinguiam, a partir de parâmetros ditos biológicos, diferenças de comportamento e de manifestação da loucura em homens e mulheres, bem como entre mulheres ricas e pobres. Além disso, associou esta prática aparentemente confinada aos muros dos manicômios e aos manuais médicos com toda uma política social sanitarista e segregacionista, naquele momento histórico privilegiado de desenvolvimento dos principais centros urbanos do país.

A complexidade das tramas articuladas pela autora formula, no conjunto da revista, uma dimensão bastante precisa da abrangência e das possibilidades de se pensar criticamente a 'condição feminina', sem cair em uma historiografia apologética, heroicizante, que aborda a opressão feminina no interior da lógica maniqueísta, homens X mulheres. Esta é uma das críticas feitas por J. Scott à maneira pela qual a história social anglo-americana abordou, principalmente, na segunda metade da década de 70 e início dos anos 80, a questão da mulher. Aliás, creio que este é um mérito do conjunto dos artigos da RBH-18, mesmo daqueles que se dedicaram a biografias, de não se estenderem em um discurso vazio de denúncia do machismo ou patriarcado (noções muitas vezes utilizadas como sinônimas) e de não caírem na armadilha da veiculação de

---

<sup>10</sup> Entre outros a autora cita: a coletânea organizada por Ronaldo Vainfas, *História e Sexualidade no Brasil*. Rio, Graal. 1986. Um dos poucos livros de historiadores brasileiros que reúne autores que trabalham com a temática da sexualidade, seja da mulher, dos homens, ou dos homossexuais. Cita ainda Martha de Abreu com o a sua dissertação de mestrado "Meninas Perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da 'belle époque' ( Niterói. UFF, 1987), que posteriormente foi publicada em forma de livro; bem como menciona o artigo do historiador Robert W. Slenes (radicado no Brasil), publicado na RBH nº16, 1988.

<sup>11</sup> A autora cita o artigo de Eric Hobsbawm, "Homem e Mulher": imagens de esquerda" in: *Mundos do trabalho*. São Paulo: Paz e Terra. 1987; pp.123-148.

histórias de vida que tendiam a endeusar aquelas personagens ímpares, justificadamente retiradas do esquecimento.

As outras pesquisas que acompanham *A mulher e o Espaço Público*, concentradas prioritariamente nas primeiras três décadas deste século, aludem a práticas nada restritas aos códigos higienistas, moralistas e/ou rigorosamente religiosos. A história dos códigos e das prescrições morais passa por uma sabatina que rebusca junto aos processos criminais<sup>12</sup> (fonte esta, até o início dos anos oitenta, pouco explorada pelos historiadores) a contravenção “popular”, entendida não como uma atitude criminosa (como foram sentenciadas juridicamente) mas como a constituição de práticas culturais distintas daquelas propagadas ou praticadas pela elite e pela classe média (advogados, juízes, profissionais liberais, etc.). As autoras que trouxeram esta outra história à baila foram Susan Besse, Raquel Soihet, Gladys Ribeiro, Martha Esteves e Magali Engel. Em uma outra perspectiva de recuperar a história da classe trabalhadora, as autoras foram ao encontro de práticas culturais fora das esferas até então privilegiadas pela historiografia social marxista, como a fábrica, os movimentos sindicais e populares, os partidos políticos.

Nestas pesquisas, a história da mulher se mescla à dos homens na medida em que o centro das questões está em torno da relação (conflituosa) entre homens e mulheres. Muitas vezes se provoca uma comparação entre o tratamento reservado aos homens e às mulheres em circunstâncias semelhantes \_ como o fez Clementina Pereira com as práticas envolvendo a loucura\_ evidenciando a desigualdade no tratamento e expondo a prática sexista tanto do judiciário quanto dos próprios populares (mesmo que não fosse nos mesmos termos e valores).

A incorporação do elemento cultural na análise é um dos elementos vitais que distancia esses artigos de uma perspectiva economicista. Sugerem uma forte tendência analítica que predominou no Brasil nos anos 80.

*“Brasileiros e estrangeiros desfrutavam de um mesmo espaço vital e cultural, fazendo parte de um único complexo de valores e percepções. Esta cultura que partilhavam não era estática nem homogênea. Era permeada e construída pelo conflito e pelas contradições de homens e mulheres que, na luta pela sobrevivência, defendiam primeiramente seus interesses e se juntavam, na micropolítica do cotidiano, a grupos que lutavam com finalidades semelhantes.*

---

<sup>12</sup> Além dos processos criminais, de assassinato de mulheres e homens, de estupro e defloração, as autoras também referem-se a jornais e revistas que davam publicidade aos acontecimentos narrados nos processos ou aos discursos disciplinadores dos agentes da normatização da esfera urbana.

*Brasileiros vindos de outras paragens e portugueses chegados aqui recriavam suas culturas e mesclavam-se.”(RBH-18, p. 230)*

Explicitando os conflitos em um mesmo grupo social, as autoras acabam diluindo a questão da diferença sexual enquanto problema central à qual estiveram atentas no início da problematização proposta pelo artigo. Por um lado quebram a pretensa ingenuidade da “classe trabalhadora”, desmistificando seu caráter heróico e revolucionário presente em algumas narrativas históricas da classe trabalhadora. Por outro, lançam a problemática de gênero em um rol de inúmeras outras diferenças (raciais, nacionais, profissionais.) dissolvendo as hierarquias de gênero em questões como: sexualidade, prazer, sensualidade, disputas amorosas. No final do trecho anteriormente citado, Esteves e Ribeiro colocam em nota de rodapé algumas indicações bibliográficas que as auxiliaram a delinear essa *outra* concepção de cultura : “*partimos do enfoque teórico de E. P. Thompson, em suas diversas obras (..) e do conceito de circularidade usado por Ginzburg, Carlo. Partimos também das concepções de cultura de Geertz, de Robert Darton; e Sidney Mintz e Richard Price.*” (p. 230).

O que há de comum entre esta noção de cultura trabalhada pelas autoras brasileiras, em diálogo com historiadores e antropólogos ingleses, italianos, estadunidenses? Em primeiro lugar há que ressaltar o caráter plural e internacional (talvez já se poderia dizer globalizado<sup>13</sup>) da perspectiva historiográfica destas autoras, o desprendimento quanto a um referencial único e fechado para a análise. Uma prática que ficou conhecida (não apenas por este aspecto) como heterodoxia, no caso, marxismo heterodoxo, ou ainda, como uma prática específica de história social, a história social da cultura. O âmbito destas transformações é claro excede tanto as autoras em foco quanto as próprias nacionalidades<sup>14</sup>.

A aproximação com a antropologia certamente provocou transformações na

---

<sup>13</sup> Por globalização aqui entendo, como o fez Featherstone, o fluxo transnacional e transsocial de valores, mercadorias, pessoas, imagens, configurando realidades processuais, em constante mutação. Nesta perspectiva, o termo global não se remete a perspectivas analíticas que vislumbram um processo teleológico em função da homogeneização da cultura em termos globais, o que caracterizaria a existência de uma gigante sociedade, única e universal. .

<sup>14</sup> No livro *a Nova História Cultural*, Lynn Hunt apresenta a organização dos textos sob a perspectiva de compreensão desta “virada” da história para a cultura e, não por acaso, inclui reflexões sobre Thompson, Geertz e Foucault ( não mencionado pelas autoras na nota em questão, mas lembrado em outras citações ao longo do texto).

noção de cultura (Hunt, 1992)<sup>15</sup> até então utilizada pelos historiadores. O significado do termo cultura se desloca da esfera das letras, artes, filosofia, ou seja, dimensões específicas dentro de um todo social para uma perspectiva similar à abrangência da noção de social \_ abarca todas as esferas da vida, das práticas religiosas às práticas mais íntimas e "subjetivas", perpassando as práticas objetivas, tais como relações econômicas e lutas políticas. Esta noção de cultura vem realçar o caráter simbólico das relações sociais, ou seja, apresentar modos de representação próprios a cada singularidade social. O cultural entra em cena no processo de reterritorialização da noção mesma de realidade social, ocorre uma dissensão em relação às leituras da *"ortodoxia dos historiadores econômicos empíricos"* da relação infra-superestrutura, tão enfaticamente criticada por E.P. Thompson.

## **Gênero e Família**

Como sujeito histórico a mulher é um assunto relativamente recente na historiografia, mas, enquanto membro integrante da instituição social família a mulher acabou transversalmente sendo "objeto" de inquéritos e narrativas históricas. A referência à história da família, no rol desta discussão, têm como foco central a relação entre mulher e família e como esse debate foi travado no interior da RBH. Antes da publicação do número da RBH-18, dedicada às mulheres, a RBH-17\_ *Família e Grupos de Convívio* \_ foi dedicada à História da Família.

No texto de apresentação da revista, Eni de Mesquita Samara faz um balanço da historiografia produzida sobre a família, com atenção especial para as décadas de 70 e 80, momentos nos quais, de acordo com Samara, a historiografia teria tido mais abertura para incorporar essa nova dimensão no interior dos estudos históricos. A autora menciona o pioneirismo de Gilberto Freire, Oliveira Vianna e Alcântara Machado, entre outros, na inclusão da análise da família como um elemento constitutivo e importante para a compreensão da natureza das relações sociais como um todo. No entanto,

---

<sup>15</sup> Refiro-me à poderosa influência da noção de cultura como um sistema de símbolos e significados, tal como foi amplamente popularizada pela antropologia americana desde os anos 60, realçando uma considerável influência do caráter semiótico na compreensão dos comportamentos humanos, para além de outras determinações como aspectos geográficos, demográficos, biológicos, tecnológicos, econômicos. Em meio a um "ecletismo" premente na noção de cultura de alguns antropólogos e partindo da concepção de que uma precisão melhor ao conceito era fundamental para a antropologia, Geertz delimita o seu uso como "*conceito semiótico*", implicando assim na delimitação da análise da cultura em um exercício interpretativo, uma reconstrução da teia de significados que o próprio homem teceu. GEERTZ, 1985.

pondera suas análises questionando o "senso-comum" que criaram em torno da noção de família patriarcal, indicando que novas pesquisas sugerem outros perfis de organização e comportamento de grupos familiares no Brasil.

Em sua avaliação, a história da família teria sido "*incorporada definitivamente à historiografia dos anos 80, a Família foi analisada nas décadas anteriores especialmente por antropólogos e sociólogos. A contribuição dos historiadores nesse campo foi restrita.*" (p.8). A demografia histórica teria sido na virada dos anos 70<sup>16</sup> para 80 o grande *locus* de levantamento de dados sobre estruturas familiares. Embora estes estudos tenham contribuído para que o conhecimento sobre a família sofresse significativo avanço em relação aos estudos do início do século XX, a autora considera que o grande empurrão para uma nova abordagem e entendimento da família veio com o "*... impulso da História Social*" pois, pôde-se ampliar "*... os estudos nesta área, seguindo de perto as tendências de vanguarda, já que a análise do tema possibilita uma revisão profunda na História Social do Brasil.*" (p.11).

Cabe ressaltar que um ano antes desta publicação, a autora havia noticiado na RBH-15, *Sociedade e Cultura*, a formação de um *Seminário Permanente para o Estudo da Família e da População*, no ano de 1985, mantido pelo núcleo da ANPUH-SP. Na ocasião do informe, este seminário teria acumulado uma trajetória de apresentação de trabalhos nos encontros da ANPUH (regionais e nacionais), além da promoção de "*mini-conferências*" relacionadas ao grupo de pesquisa sobre família. Quero dizer que a culminância de um número da Revista Brasileira de História dedicada à temática da história da família foi precedida de todo um trabalho de divulgação e de abertura de "encontros" entre pesquisadores que trabalhavam ou se interessavam pela temática da família<sup>17</sup>, no interior, ou seja, com um certo respaldo institucional da própria ANPUH,

---

<sup>16</sup> De acordo com a extensa bibliografia levantada pela autora, os/as historiadores brasileiros, pioneiros na questão da família e da mulher teriam sido: Altiva Pilatti Balhana, Iraci Del Nero da Costa, Maria Luiza Marcílio, Laima Mesgravis, Maria Beatriz Nizza da Silva e a própria Eni Mesquita, cujas pesquisas foram publicadas ainda na década de 70, antes do *boom* de produções que ocorre principalmente a partir de 1984. RBH-17, p. 13-35. 1989.

<sup>17</sup> SAMARA, E. M. *Informe sobre o Seminário Permanente para o Estudo da Família e da População*. In: *Sociedade e Cultura*. RBH. N. 15. 1988. P. 271. (no informe a autora dá dados mais precisos: "*Ao todo contamos com 8 regulares com apresentação de trabalhos, 3 conferências e 3 sessões realizadas em Encontros da ANPUH, com um total de 37 trabalhos. Nesse ano iniciamos o sistema de mini-conferências por consideramos que o porte intelectual de alguns pesquisadores e a extensão de suas obras sem dúvida mereciam um espaço maior de apresentação e de discussão. Aqui enquadram-se as conferências da Prof. Maria Thereza S. Petrone, de Elizabeth Kusnesof e de Laima Mesgravis.*" P. 271-272.

procedimento que até então não pude visualizar, no tocante à História da Mulher. Não estou tentando insinuar que a história da mulher não possuísse suas frentes de trabalho, mas apenas que sua existência não contou, ao menos durante um longo período, com a sustentação de uma referência a um “*lugar autorizador*”, para usar uma expressão Certeau, como é a ANPUH para a historiografia nacional.

No conjunto dos textos que formam a RBH-17, sobressai a percepção da família como uma estrutura social que reflete, como uma escala em miniatura, uma forma maior de organização do poder político e econômico. As relações de parentesco, as transmissões de heranças, as maneiras de organização dos laços contratuais matrimoniais, os dotes estariam diretamente vinculados à perpetuação de hierarquias sociais, estabelecidas fundamentalmente pela questão do vínculo econômico e das estratégias de manutenção das gestões político-estatais, principalmente no nível local, como as práticas de clientelismo, analisadas pela brasilianista Elizabeth Anne Kuznesof

O único artigo da revista a explicitar a problemática das mulheres em relação à família foi o de Miriam Moreira L. Leite, por sinal uma das pioneiras na constituição do campo "história das mulheres", no Brasil. Em *Mulheres e Famílias*, a autora lida com discursos produzidos por mulheres estrangeiras que viajaram ou se mudaram para o Brasil durante o século XIX e realizaram algo bastante peculiar. Deixaram suas impressões e relatos de viagem escritos (em alguns casos, publicados) em forma de diários ou *Livro de viagem*, gênero literário considerado (na época) menor, já que de acordo com as descrições arroladas pela autora, as escritoras-viajantes percebiam sua condição de *exceção entre os que escrevem*, visto que a vida literária e os refinamentos da educação lhes eram pouco acessíveis. Mais do que tornar pública uma documentação rara e pouco explorada pela historiografia, a autora desenvolve uma dupla investida nos textos. Traça o perfil de suas autoras e percorre nas linhas escritas o que sobressai em suas descrições, cotejando, sempre que possível com os relatos de viagens escritos por homens, marcando a especificidade entre a percepção dos homens e das mulheres.

Embora a pesquisa em torno da RBH não tenha contemplado minuciosamente todos os textos, é possível ensaiar uma avaliação mais geral, buscando retomar um argumento que esteve presente como indagação durante todo este processo de "leitura". Em primeiro lugar, destacar a efetiva, porém diminuta (em termos quantitativos)



expressão da história das mulheres nos simpósios e nas publicações da ANPUH. Seria possível concordar com Varikas e Perrot, quanto à avaliação que fizeram sobre a história das mulheres e o debate sobre gênero na França, de que a situação da história das mulheres e gênero na história acadêmica brasileira é bastante diferente daquela vivenciada nos EUA. Em segundo, a história da mulher, mesmo do final dos anos 80 para cá, pouco se utilizou da categoria gênero, bem como pouco expandiu suas discussões para fora do eixo de problemáticas "heterossexual". Por isso mesmo, é conveniente vislumbrar na historiografia brasileira uma tendência muito mais apegada às noções como identidade, cultura popular, resistência, ideologia, mulher, homem, ou seja, um revisionismo marxista que mantém o materialismo histórico e a dialética como referências fundamentais. As apropriações de Foucault ficaram muito restritas à noção de disciplina e de descentralização do poder. Há várias reflexões sobre a relação entre a História e o pensamento de Foucault no Brasil. Dois colóquios realizados na USP (1985) e na UNICAMP (1986) em torno de Foucault demonstram a ebulição provocada por suas críticas à epistemologia racionalista e especialmente marxista. Rago (1993) apresenta três grandes eixos de problematizações colocadas na trajetória do pensamento foucaultiano (o privilegiamento da concepção de poder como positividade; a eliminação do sujeito como agente histórico fundamental; o estudo sobre os modos de subjetivação e seus processos diferenciados) e faz um balanço crítico apontando os problemas da leitura predominante no meio acadêmico brasileiro, que fez um *mix* de noções foucaultianas com noções sociológicas totalizantes, com noções marxistas, buscando uma análise menos presa a um marco interpretativo único. Postura esta que, para Rago tanto permitiu uma relação libertária com a produção do conhecimento, quanto poderá ser acusada, em um futuro recente, de superficialidade e ecletismo. Em relação à apropriação do pensamento feminista e da discussão de gênero no Brasil, com as colocações de Foucault, Rago (1995) afirma, em outro artigo que: *"..., considero que este deslocamento revela uma preocupação maior em valorizar o marxismo e garantir sua hegemonia intelectual seriamente abalada, do que em propor novas formas de pensamento num mundo hoje profundamente transformado. Disso resulta um fechamento diante das novas possibilidades teóricas que a categoria gênero pode trazer,"* Infelizmente, a partir de um outro referencial documental, vejo-me partilhando desta análise de Rago, na qual, reconhece que os investimentos na leitura da história da

sexualidade de Foucault e o desmonte da noção psicanalítica de subjetividade ali realizada, bem como as múltiplas possibilidades da categoria gênero, ainda não constituem uma prática visível no interior da historiografia brasileira, a não ser através de raras exceções.

## Referência Bibliográfica

- BARRET, M. & PHILLIPS, A. *Destabilizing Theory. Contemporary Feminist Debates*. Cambridge: Blackwell Publishers, 1992.
- BESSA, Karla. *Historiografia Brasileira: interface entre a constituição de um campo profissional e dos Estudos de Gênero*. In: MACHADO, M. História e historiografia: perspectivas contemporâneas de investigação. 1 ed. Uberlândia : EDUFU, 2003, v.1, p. 139-158.
- BORDON, Susan R. & JAGGAR, Alison. (org.). *Gênero, Corpo, Conhecimento*. Tradução de Britta Lemos de Freitas. Rio de Janeiro: Record-Rosa dos Tempos, 1997.
- BRANDÃO, M<sup>a</sup> Luíza e BINGEMER, M<sup>a</sup>. Clara L. (orgs.) *Mulheres e Relações de Gênero*. São Paulo: Loyola, 1994.
- BRESCIANI, M. S. M. "O Anjo da Casa". In: *História e Perspectivas*. Uberlândia: EDUFU, n<sup>o</sup>.7- Jul./Dez. 1992.
- BUTLER, J. and SCOTT, J. *Feminists Theorize the political*. New York: Routledge, 1994.
- CERTEAU, Michel de. *A cultura no plural*. Tradução Eni Abreu Sobrânsky. Campinas: Papirus, 1995.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural. Entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- COSTA, Jurandir. **Ordem médica e norma familiar**. 2<sup>o</sup> ed.; Rio de Janeiro, Graal, 1983.
- FEATHERSTONE, Mike. (org.) **Cultura Global. Nacionalismo, globalização e modernidade**. Trad. Attílio Brumetta. Petrópolis: Vozes. 1994.
- LEITE, Miriam M. *Reflexões sobre os Estudos Históricos da Mulher*. In: BRUSCHINI, C. e MORAES, Maria. **Relatório apresentado ao Seminário Zahidé Machado Neto**. Salvador, 1984. (mimeo. Arquivo do Núcleo de Estudos de Gênero –PAGU. )
- RAGO, M. A categoria Gênero no Pós-estruturalismo, Araraquara, Março de 1995.
- RAGO, M. As Marcas da Pantera: Foucault para historiadores" In: Revista Resgate. Campinas. 1993 p. 22-32)
- SAMARA, Eni de Mesquita. (org). *Revistas Especializadas n<sup>o</sup>1*. Revista Brasileira de História. Publicação da Associação Nacional de História (ANPUH), São Paulo, 1997.